

MULHERES E A SOCIEDADE AGRÁRIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E RELAÇÕES DE GÊNERO

Losandro Antonio Tedeschi¹

Introdução

O modo de vida camponês é caracterizado por três pontos fundamentais. Primeiro, pelo acesso à terra, que é o principal instrumento da produção; segundo pelo caráter familiar, em que toda a mão-de-obra é familiar e absorvida pela produção; e em terceiro pelas relações com o espaço público, isto é o mercado. Estas características indicam que a agricultura familiar é a principal forma de reprodução do campesinato na atualidade. E, partindo daí, podemos entender a crescente evidência desta temática como campo de estudo acadêmico, governamental e não-governamental.

Mesmo assim, poucos estudos ainda têm pensado a agricultura familiar em sua função social, na reprodução e perpetuação dos papéis sócio-familiares historicamente constituídos, percebendo muito pouco as relações sociais e de poder que se desenvolvem no seu interior. Apesar de que o modelo discursivo dominante reproduz insistentemente os parâmetros do imaginário patriarcal da centralidade de poder e de representatividade da unidade produtiva familiar na figura do homem, ou do pai, como chefe e responsável pela sua sobrevivência social e orgânica. A idéia de um pai, que define a vida de todos ainda perpassa pela cabeça de toda a família, da sociedade, do Estado, da comunidade cultural. Predominando assim, a crença de que os homens são responsáveis pela produção e as mulheres pelo trabalho reprodutivo. A conservação desses princípios na sociedade legítima e estrutura a divisão sexual do trabalho, baseada na hierarquização do trabalho masculino sobre o feminino.

Esta realidade de desigualdade e diferenciação hierárquica entre os sexos na unidade de produção familiar camponesa nos impõe uma posição de crítica permanente às ações e perspectivas analíticas que caracterizam o/a camponês(a) de uma forma universalizante e, ao mesmo tempo, homogênea. Para explicitar essa lacuna, assumimos o mesmo ponto de vista de HelenA Hirata e Daniele Kergoat, quando afirmam que “*La literatura existente habla de clase obrera sin hacer referencia al sexo de los actores sociales como si el lugar en la produccion fuera un elemento unificador...la clase obrera tiene dos sexos*”². E aqui nos cabe parafraseá-las, colocando que também o campesinato tem dois sexos.

¹ Doutor em História Latino Americana, Professor da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, e do Programa de Pós-Graduação em História (mestrado/doutorado); coordena o LEGHI – Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade, e atua como pesquisador na área de História das Mulheres, Relações de Gênero, Migração, Memória e Interculturalidade. E-mail: <losandrotedeschi@ufgd.edu.br> <tedeschils@hotmail.com>.

² HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris. PUF, 2000, p. 81.

Poucos percebem ou consideram, como recorte metodológico, a desigualdade entre os sexos e a especificidade no que se refere à mulher. Sendo assim, pouco se tem pesquisado ou desenvolvidos programas e projetos sociais com enfoque na inclusão da agricultura familiar na dinâmica da economia³, considerando gênero como uma categoria útil para a análise e intervenção social e ignorando que esse tipo de produção incorpora, do ponto de vista estrutural, o trabalho do homem e da mulher.

Se nos detivermos na questão do trabalho feminino e retratarmos a condição de exploração a que são submetidas as mulheres no campo, podemos constatar que “as mulheres, como agricultoras, têm exercido um papel invisível, que passa despercebido das estatísticas econômicas no campo”⁴. São lhes atribuídos apenas os trabalhos domésticos, dificultando o reconhecimento de sua ação e presença na comunidade enquanto trabalho produtivo e conseqüentemente, a definição enquanto trabalhadoras rurais.

Ainda que as estatísticas oficiais sigam ignorando o trabalho produtivo realizado pelas mulheres, considerando-o complementar e acessório, os estudos etnográficos têm mostrado como elas desenvolvem suas atividades produtivas em várias esferas da agricultura familiar, sejam no arado, na plantação, no leite, na coleta, pesca e, principalmente, percebendo a casa como unidade doméstica que, ao incluir o quintal e a criação de animais, constitui um espaço produtivo e gerador de renda familiar.

Trazendo essas considerações para o cerne da discussão sobre as representações no campo, e visualizando estudos como o de Beatriz Heredia⁵, percebemos que a separação entre a casa e a roça e o valor social que é dado aos trabalhos desenvolvidos nesses espaços, contribuem para a permanência da divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, para hierarquização entre os produtos e trabalhos desenvolvidos no campo, por mais que haja avanços nesse ponto.

A divisão sexual do trabalho está, também, relacionada com a representação social do ser mulher e do ser homem nessa sociedade. Em última instância o valor social do trabalho é dado a partir de quem executa e não pela natureza do trabalho em si.

Conforme Heredia⁶, as novas oportunidades que se abriram às mulheres foram acompanhadas da manutenção de uma hierarquia social e técnica com a supremacia masculina sendo que as mulheres permanecem controladas por representações históricas acerca do trabalho. Nas comunidades camponesas o trabalho feminino se confunde com “ajuda”. Essa situação reforça a ideologia da domesticidade, pois a falta de possibilidade de solução desta situação leva as mulheres rurais ao consentimento desse processo.

³ Sobre esse aspecto uma importante contribuição é: MENEGAT, Alzira Salete. *O coração do pantanal: assentados na lama e na areia. As contradições entre os projetos do estado e dos assentados no Assentamento Taquaral – MS. Araraquara, Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2003.*

⁴ MENEGAT, Alzira Salete. *O coração do pantanal...*, p.87.

⁵ HEREDIA, Beatriz. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: Neuma Aguiar. (Org.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina. Análises qualitativas.* Rio de Janeiro: Vozes, 1984, p. 29-45.

⁶ HEREDIA, O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas..., p. 32.

As Representações e a Mulher Rural

A construção da categoria “mulher”, em singular, perpassa discursos de diferentes origens sociais, como o literário, o científico, o religioso, e os diversos discursos de senso comum. Também perpassam discursos de diferentes orientações ideológicas, desde as mais conservadoras às mais progressistas. A construção da identidade feminina, baseada nas características biológicas, na celebração da maternidade e no elogio das numerosas atitudes a elas associadas, acaba por definir a mulher enquanto categoria natural, resistente às forças arbitrárias da cultura, da história, como única e imutável.

Entretanto, a construção da identidade feminina universal (situada em alguma medida fora do tempo e do espaço) celebrada por algum de seus atributos e fundamentada na natureza, encontra-se não apenas no discurso do senso comum, mas principalmente nas representações que a ciência, a cultura historiográfica e as correntes teóricas nos colocam.

Ao examinar o pensamento de historiadores da história cultural, eles têm buscado explicações para a questão das construções sociais e simbólicas, utilizando-se da concepção de que elas são representações, elaboradas a partir da memória. Essa memória, por sua vez, retém referências históricas fundamentais para a construção das identidades, que constituem e que são constituídas pelos imaginários. Esses pensadores têm procurado analisar as relações que esses grupos sociais de determinadas regiões estabelecem com a memória e a história, contribuindo para o surgimento de um sistema de idéias e imagens de representações coletivas, constituindo uma identidade na qual as pessoas se reconhecem e se autodenominam.

Roger Chartier considera o conceito de representação como uma das ferramentas essenciais, uma das categorias fundamentais para as análises em História cultural. Em uma de suas primeiras análises, destaca que, no *Dicionário Universal de Furetière*, de 1727, a palavra representação traz duas conotações: a primeira é a representação de uma coisa ou pessoa; de outro, faz ver uma ausência, o que podemos supor uma distinção entre o que representa e o que é representado, sendo instrumento de um conhecimento imediato, que faz ver um objeto ausente, substituindo-lhe por uma imagem, capaz de repô-lo em memória e de pintá-lo tal como ele é.

Segundo Chartier, o conceito de representação possibilita integrar antigas categorias que a própria história social, a história das mentalidades e a história política mantinham separadas. Ou, de outro modo, unifica três dimensões que constituem a realidade social: as representações coletivas, as formas simbólicas, e a nomeação atribuída a um representante (indivíduo, coletivo, grupo) como afirma Chartier:

Renunciando, de fato, à descrição da totalidade social e ao modelo Braudeliano, que se tornou intimidante, os historiadores tentaram pensar os funcionamentos sociais fora de uma divisão rigidamente hierarquizada das práticas e da temporalidade (econômicas, culturais, sociais, políticas) esse que o primado fosse dado a um conjunto particular de determinações (quer fossem técnicas, econômicas ou

*demográficas). (...) e considerando que não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo*⁷.

A análise acima possibilita a compreensão do conceito de representação e também é indicadora da forma como utilizamos nos estudos de gênero, segundo o qual, representar é fazer conhecer as coisas imediatamente pela “pintura de um objeto”, “pelas palavras e pelos gestos”, por algumas figuras, por algumas marcas – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias⁸.

Ao discorrer sobre os papéis das mulheres trabalhadoras rurais, na busca de uma definição identitária, os grupos sociais se atribuem símbolos, discursos, comportamentos, definindo e sendo definidos coletivamente pelos outros, em relação a um nós. E, nesse nós, vai uma designação, um nome, um símbolo que comporta significado. Dessa forma, para quem ouve expressões como “ajudo meu marido na roça”, há uma identificação compreendida, representações acerca de seu valor, uma identidade ligada aos papéis de ser mulher e homem no campo.

Nas representações sociais, Chartier explica que estão implícitas escolhas simbólicas e, para compreendê-las, é preciso, na medida do possível, captar as significações que carregam. Próximo a Chartier, Baczkó analisa também as maneiras como os imaginários sociais fornecem sistemas de orientações, informações e valores que operam por meio de simbolismos fortemente estruturados e construídos a partir de desejos, aspirações, motivações e da experiência de agentes sociais, constituindo potenciais unificadores das ações de agentes sociais. Ressalta também que, através dos imaginários, as sociedades estabelecem e distribuem papéis e posições sociais, exprimem e impõem crenças, regras de conduta, constroem códigos de comportamento, produzindo representações de si próprias, nas quais as pessoas encontram um lugar, uma identidade e uma razão de ser. Para Baczkó,

*Cada sociedade produz um sistema de representações entre as quais ocupam um importante lugar os símbolos e as imagens veiculadas através das artes, os signos visíveis de uma cultura, como expressão formal de conteúdos ideológicos ou estéticos, que originam imagens sobre grupos, classes, partidos políticos ou instituições*⁹.

Assim sendo, as representações podem ser concebidas como algumas das respostas que as coletividades dão aos seus conflitos, divisões, violências reais ou potenciais, consentimentos nas ações, constituindo uma força reguladora da vida

⁷ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 66.

⁸ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia...*, p. 165.

⁹ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social. Enciclopédia Einaudi – V*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 39.

cotidiana e coletiva, pois é no centro das representações, dos imaginários que o problema da legitimação do poder se encontra. E, como nenhum poder advém de qualquer princípio universal, físico, biológico ou espiritual, para se impor ele precisa ser legitimado por um conjunto de relações de sentido. Por isso o imaginário social torna-se inteligível e comunicável por meio da produção de discursos. Baczcko acrescenta ainda que a fusão entre as informações e valores faz com que os imaginários sociais se constituam numa força unificadora que suscita a adesão dos indivíduos a um sistema de valores, de práticas discursivas, intervindo nos processos de interiorização e, muitas vezes, levando-os a uma ação comum.

Reforçando essa idéia Chartier coloca que,

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal. O essencial não é então, opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/feminino, mas, sobretudo identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como “natural”, portanto biológica, a divisão social, e, portanto histórica, dos papéis e das funções¹⁰.

A fala das agricultoras, sua forma específica de ver o mundo, muitas vezes possui um peso menor quando se tomam as decisões na família, na comunidade, no movimento sindical. As representações subtendem a construção de realidades sociais e que resultam do confronto entre as representações impostas por aqueles que têm o poder de classificar e de denominar e aquelas construídas pela própria comunidade, de maneira passiva e resistente.

Podemos tomar como exemplo a leitura a-histórica da separação entre o masculino e o feminino, que foi historicamente datada, ligada ao desaparecimento, por exemplo, das representações médicas da semelhança entre os sexos, substituídas pelo inventário indefinido de suas diferenças biológicas. A partir do fim do século XVIII, o “discurso dominante (que) via nos corpos machos e fêmeas um só e mesmo sexo ordenado hierárquica e verticalmente” sucede “uma anatomia e uma fisiologia sem medida comum”¹¹.

Inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o quotidiano, a diferença sexual (que é sujeição de umas e dominação de outros), é sempre construída pelo discurso que funda e legitima. É desta forma que a divisão do trabalho segundo os sexos é “produzida” por todos os discursos — da economia política, das legislações estatais, das demandas dos empregadores, das reivindicações sindicais — que se

¹⁰CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs). *As mulheres e a história* (anais). Lisboa: publicações Dom Quixote, 1995, p. 39.

¹¹LAQUEUR, Thomas. *Inventado o sexo: o corpo dos gregos à Freud*. Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará, 1992, p.38.

enraízam numa diferença de natureza, a oposição entre atividade doméstica e atividade pública, entre função reprodutora e trabalho produtivo, entre o lar e a roça.

Para Joan W. Scott são estes discursos, essas representações que provocaram “uma divisão sexual da mão-de-obra no mercado de trabalho, reunindo as mulheres em certas atividades, colocando-as sempre abaixo na hierarquia profissional, e estabelecendo salários a níveis insuficientes para sua subsistência”¹². Longe de ser o reflexo ou a representação das evoluções econômicas, a noção de divisão “natural” das tarefas segundo o sexo deve, então, ser considerada como um fator do desenvolvimento industrial, como uma justificação, em nome de uma definição ideal das tarefas próprias das mulheres.

Essas questões estão relacionadas às idéias de Chartier quando reforça:

*A relação de representação é assim turvada pela fragilidade da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os sinais visíveis como indícios seguros de uma realidade que não existe. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina que produz uma imposição interiorizada, necessária lá onde falta o possível recurso à força bruta*¹³.

As mulheres camponesas, através das narrativas históricas, são representadas antes de serem descritas ou visibilizadas, muito antes de terem, elas próprias, a palavra. Talvez essa constatação nos faça entender que:

*(...) cada série de discursos deve ser compreendida em sua especificidade, isto é, inscrita em seus lugares (e meios) de produção de suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regulação que as ordenam e controlam, e interrogada em seus modos de abonação e de veracidade*¹⁴.

O conceito de representação, tal como usamos em Chartier, está estreitamente ligado às investigações de Michel Foucault, particularmente a sua formulação do conceito de discurso. Foucault na obra *As palavras e as coisas* cria a noção de representação associada a uma realidade que é construída discursivamente.

Para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault, precisamos, antes de tudo, recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas práticas, bastante comuns quando se fala em fazer o estudo de um discurso. Para Michel Foucault, não é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio

¹²SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org), *A escrita da história*. São Paulo: Novas Perspectivas, 1992, p.73.

¹³CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia...*, p. 75.

¹⁴CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia...*, p. 75.

discurso, analisando como ele carrega sentido e verdade de uma determinada realidade ou cultura.

E, a primeira tarefa para tecermos uma crítica a isso, é tentar desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de reais intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis. É como se, no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade, desperta então pelo estudioso.

Para Foucault, nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de representações muito concretas, que estão vivas nos discursos. Por exemplo: analisar os depoimentos de mulheres rurais sobre suas histórias de vida e luta pela cidadania, nessa perspectiva, significará, antes de tudo, tentar escapar da fácil interpretação daquilo que estaria por trás dos documentos, da realidade narrada, procurando explorar, ao máximo, os materiais, na medida em que eles são uma produção histórica, política; na medida em que as palavras são também construções; na medida em que a linguagem também é constitutiva de práticas. Em *A Arqueologia do saber* o mesmo assunto aparece sob a forma de reflexão sobre o trabalho realizado e sobre projetos futuros:

Gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever¹⁵.

A idéia constante que percorre esse artigo é a de que o discurso não deve ser visto simplesmente como o registro ou o reflexo de objetos que lhes são anteriores, mas como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. É nesse sentido que Foucault diz que, a tarefa não consiste mais em “tratar os discursos como conjunto de

¹⁵FOUCAULT. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986, p. 56.

signos, elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações”¹⁶. As representações culturais, segundo Foucault, não são apenas constituídas de signos que expressam coisas, ou objetos que “representam”, mas criam sentidos. É por parecerem reais, em seus efeitos, que tem possuem o sentido de verdade.

É nessa perspectiva que os discursos (no sentido Foucaultiano) e as representações (no sentido de Chartier) situam-se num campo estratégico de poder. Os discursos estão localizados entre relações de poder que definem o que eles dizem e como dizem e, de outro, efeitos de poder que eles põem em movimento.

Os grupos de mulheres rurais utilizam a representação para forjar a sua identidade e as identidades de outros grupos sociais. Ela não é, entretanto, um campo equilibrado de jogo. Por meio das representações travam-se batalhas decisivas de criação e de imposição de significados particulares, como as disputas das mulheres por maiores espaços dentro do movimento sindical masculino, ou nas decisões relacionadas ao espaço doméstico.

*Ia na roça, igual ao marido até a noite, serrava lenha, e no escuro lavava roupa, dava banho nas crianças, eu era uma mulher escrava (...) Acho que trabalhei por umas três pessoas, porque era muito judiada e não se podia reclamar, o marido mandava, e a gente trabalhava.*¹⁷

A própria construção do conceito de poder está diretamente vinculado a uma representação masculina sobre o conceito. As mulheres sempre foram representadas como portadoras de “poderes” no campo da vida privada, cujos significados estiveram associados aos atributos naturais e biológicos, etc. Essas imagens e significados evidentemente estão alterados, mas a herança histórica de interdição ao mundo público ainda permanece como déficit para a atuação pública das mulheres. Essa é uma forte herança patriarcal presente nas representações acerca da participação política do feminino.

A representação também está ligada ao olhar, à visão. De uma forma ou de outra, o papel do olhar masculino na objetificação da mulher tem sido central à análise feminista. Mary Louise Pratt, na obra *Os olhos do império*¹⁸, desenvolve uma teoria relacionada ao colonialismo, em que coloca que visão e representação, observação e registro, são também inseparáveis estratégias de inscrição utilizada pela ciência e na construção da moderna teorização do social. A representação, segundo a autora, é resultado também de um regime de visão. Nessa perspectiva, visão e representação, em conexão com o poder, se combinam para produzir a alteridade, a identidade e os papéis sociais.

Por seu caráter ativo, a visão é, de todos os sentidos, talvez aquele que mais expresse a presença e a eficácia do poder. Muitas das questões próprias do poder,

¹⁶FOUCAULT. M. *Arqueologia do Saber...*, p. 56.

¹⁷ Depoimento de O.E, 58 anos. Comunidade de Engenho Velho, Catuipe/RS. 2000.

¹⁸PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

como as nomeações, o controle, se realizam e se efetivam pelo olhar, por meio do olhar. É pelo olhar que o homem transforma a mulher em objeto: imobilizada e disponível para o seu consumo. É esse olhar imperial que tudo abarca, que tudo descortina na paisagem colonial do texto da autora, que expressa, mais que tudo, o domínio do colonizador sobre os lugares e as pessoas. De acordo com Jodelet,

*As representações sociais devem ser estudadas articulando-se elementos afetivos, mentais e sociais, integrando-se ao lado da cognição, da linguagem, da condensação das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas tem de intervir*¹⁹.

Conceber o feminino no universo camponês como uma representação dos discursos, da história cultural, das relações de gênero, significa destacar o trabalho de sua produção, implica expor e questionar os códigos, as convenções, os discursos, os artifícios, os meios dos quais ele foi produzido, implica tornar visíveis a marca de sua arquitetura. A representação é sempre uma representação *autorizada*²⁰; sua força e sentido dependem dessa autoridade que, ligada ao poder, gera processos de significação, imposição de significados. O imaginário social que aflora nos mais diferentes tipos de discurso, é um forjador de sentidos, de identidades, de (in) coerência, de poder.

*A força de instauração do imaginário compõe e decompõe sentidos, cria o igual e o diferente, estabelecendo estereótipos e paradigmas, que passam a ser absorvidos e normatizados, dentro de um status e hierarquia de poder*²¹.

Como sabemos, há uma estreita ligação entre o processo de produção da identidade e da diferença que caracteriza a representação e a produção cultural e social de ambos. A produção da identidade e da diferença se dá, em grande parte, na e por meio da representação. Como representação, o feminino está diretamente envolvido nesse processo. Aprendendo as lutas de representação, a nova história cultural, na versão de Chartier traz à tona a própria história social, uma vez que seu foco se dirige às “estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser perceptível constitutivo de sua identidade”²².

¹⁹JODELET, Denise (org). *Representações sociais: um domínio em expansão*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 22.

²⁰Essa representação autorizada pode ser entendida através do consentimento feminino; como uma prática de poder simbólico que enraizada e interiorizada pelas mulheres, contribui para a eficácia dessa violência, criando dispositivos que asseguram a eficácia das normas e dos discursos masculinos.

²¹COUTINHO, Maria da Penha de Lima. *Representações sociais: abordagem interdisciplinar*. João Pessoa: Editora Universitária. UFPB, 2003, p. 48.

²²CHARTIER, À *Beira da Falésia...*, p.88.

Assim, a produção historiográfica sobre as mulheres ganhou uma contribuição significativa, em que os poderes e lutas feministas foram recuperados, mitos examinados e estereótipos repensados. Procurou-se, com a “história das representações ou do imaginário”, recuperar a atuação das mulheres no processo histórico como sujeitos ativos, de modo que as imagens de pacificidade, ociosidade e confinamento ao espaço do lar foram questionadas, descortinando-se esferas de influência e recuperando os testemunhos femininos.

Essa necessidade de tornar as mulheres visíveis, vinculadas a uma certa obsessão pela denúncia à opressão histórica sobre elas, caracterizou-se pela crítica à dicotomia masculino/feminino. Em função dessas críticas e das próprias tensões, é que surge o gênero como categoria de análise histórica, convergindo com tendências emergentes da historiografia, entre elas, a “história cultural”. A categoria gênero encontrou um terreno favorável na historiografia brasileira contemporânea, desnaturalizando as identidades sexuais e postulando a dimensão relacional. A história está sendo uma das áreas, no campo interdisciplinar nos estudos de gênero, que mais intensamente tem feito essa incorporação²³, como veremos a seguir.

A Categoria “Gênero”: Suas Variações e Desafios nos Estudos das Representações

Estudar a diferença e a diversidade dos papéis femininos na história das representações é uma tarefa fundamental quando se pretende a reconstrução da sociabilidade no cotidiano. O pressuposto de partida é que a função, o papel social, não nasce casualmente, porém resulta de inúmeros fatores da vida cotidiana.

Nessa perspectiva, o termo “gênero” aparece como contrapartida cultural do sexo biológico a partir da segunda metade da década de 1970 e deixa profundas marcas na análise dos estudos das relações entre homem e mulher na sociedade. A história social, o estudo das mentalidades e do cotidiano; a psicanálise e, sobretudo, os postulados elaborados pelos pós-estruturalistas; e a lingüística, oferecem novos elementos de investigação científica e apontam novas trilhas e uma nova possibilidade de evidência que, inter-relacionados, abrem novas dimensões para a construção ou (re) construção do conhecimento.

Aprendemos, com as ciências humanas, a desconfiar que nada é tão natural quanto se pensa. Especialmente, quando se trata das diferenças entre mulheres e homens. A crítica fundamental que marca os estudos sobre mulheres – e se manifesta nos estudos de gênero – é aquela que denuncia a naturalização das diferenças entre os sexos, mostrando como a cultura se apropria dessas diferenças para justificar as desigualdades de gênero e a posição subordinada que as mulheres ocupam em diferentes situações e culturas. Toda uma tradição de estudos tratou de mostrar como os significados que damos às diferenças entre homens e mulheres variam no tempo e no espaço e dependem não da natureza, mas da organização social e da cultura.

²³Foram inspiradores para os(as) historiadores(as) brasileiros os trabalhos de Natalie Zemon Davis, Michelle Perrot, Arlette Farge, Françoise Thebaut, Joan Scott. Suas contribuições se dão no sentido do questionamento à submissão, docilidade e passividade femininas na história.

Scott ressalta que o termo gênero é uma tentativa das feministas contemporâneas de buscar caminhos de definição para além das teorias existentes de explicação das origens da desigualdade entre homens e mulheres.

É ao meu ver, significativo que o uso da palavra gênero tenha emergido num momento de grande efervescência epistemológica entre os pesquisadores das ciências sociais, efervescência que, em certos casos, toma a forma de uma evolução dos modelos literários (de ênfase posta sobre a causa para a ênfase posta sobre o sentido, confundindo os gêneros de investigação, segundo a formulação do antropólogo Clifford Geertz). Em outros casos, esta evolução toma a forma de debates teóricos entre aqueles que afirmam a transparência dos fatos e aqueles que insistem sobre a idéia de que toda a realidade é interpretada ou construída, entre os que defendem e os que põem em questão a idéia de que o homem é o mestre racional de seu próprio destino²⁴.

O surgimento do gênero, enquanto categoria de análise, é recente e responde a uma tentativa de estabelecer compreensões teóricas acerca os questionamentos que emergem das esteiras das práticas políticas que marcam o percurso de alguns movimentos sociais, sobretudo o feminista. Esses movimentos trazem, na cena política, um amplo questionamento e debates sobre posturas e comportamentos que, tradicionalmente, vinham sendo adotados como explicações “naturais” para atitudes discriminadoras e políticas e práticas de dominação e submissão. Como define Scott, é empregado para designar as relações sociais entre os sexos significando assim,

Uma maneira de indicar ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado²⁵.

Essa compreensão de gênero como uma construção, tem como bases aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, psicológicos, ampliando as possibilidades das abordagens históricas e trazendo para a discussão dois aspectos importantes: um deles, a íntima vinculação de gênero com as relações de poder, e de outro, a definição de gênero enquanto representação. Tanto um como o outro, não podem ser admitidos ou mensurados como elementos separados, estanques, divorciados, mas, constitutivos de realidades e eventos historicamente situados.

²⁴SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. v.20 (2) jul/dez, 1995, p. 13.

²⁵SCOTT, Gênero..., p. 7.

Os estudos de gênero rejeitam a idéia de que o aparato biológico sexual explica o comportamento social diferenciado entre homens e mulheres, acreditando que as diferenças resultam das relações sociais. As diferenças entre o que é considerado feminino ou masculino são frutos do contexto social e tais diferenças são construídas a partir das representações e comportamentos de gênero que regem a sociedade numa determinada época. Sob a perspectiva apresentada por Michel Foucault, a distinção na forma e no conteúdo da disciplinarização do corpo de homens e mulheres são elementos constitutivos das representações e comportamentos de gênero na sociedade moderna.

Considerando a “tecnologia de poder” de Foucault algumas teóricas feministas reconhecem que o poder produz significados, valores, constrói identidades e práticas, e que um estudo detalhado explicaria por que, em determinados momentos, as pessoas adotam ou professam determinadas verdades e não outras. Nessa concepção o poder modifica os “investimentos” feitos pelas pessoas ao adotar determinadas posições discursivas em detrimento de outras, como na expressão de Laurentis,

Se em um dado momento existem vários discursos sobre a sexualidade competindo entre si e mesmo se contradizendo e não uma única, abrangente ou monolítica, ideologia – então, o que faz alguém se posicionar num certo discurso e não em outro é um “investimento”, algo entre um comprometimento emocional e um interesse investido no poder relativo (satisfação, recompensa, vantagem) que tal posição promete (mas não necessariamente garante)²⁶.

Essa abordagem, adianta Laurentis, é uma interessante tentativa de reconceituar o poder, ao apresentar o “investimento” feito pela pessoa como um dos elementos que, nas relações estabelecidas, determinam ações, posturas, comportamentos, linguagens, representações que se fazem do ser homem e do ser mulher. Essa compreensão de poder e a relação gênero/poder possibilitam quebrar a rigidez que diversas teorias clássicas, como o positivismo e o marxismo, esboçam acerca da questão. Uma rigidez que define a identidade de ser do feminino ou do ser masculino como natural restrito ao campo da biologia. Desta forma, aquilo que não está no campo da cultura está, então, condenado a ser imutável, permanente e eterno – preexiste à cultura e independe dela.

Seja como representação das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que definem, historicamente, o ser homem e o ser mulher, seja como elemento necessário e primeiro da constituição e significação das relações de poder, o gênero somente pode adquirir um *status* de “categoria útil de análise histórica” quando investido do movimento de tensão, de contradição, de multiplicidade e heteronomia presente no seio das relações humanas.

Já com Scott, o gênero deve ser utilizado e apreendido com um suplemento que desafia e desestabiliza as premissas teóricas postas sem, entretanto, oferecer

²⁶LAURENTIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 225.

ou se propor ser a síntese, ou uma resolução fácil da complexidade que permeia e perpassa as relações sociais entre os sexos. “É algo adicionado, extra, supérfluo, acima e além do que já está inteiramente presente; e também uma substituição para o que está ausente, incompleto, carente, por isso requerendo complementação ou integralidade”, acrescenta Scott²⁷.

Entretanto, o uso do gênero como categoria de análise das relações sociais entre os sexos não tem recebido aceitação unânime. Alguns críticos apontam que os estudos de gênero são tidos como sinônimos de estudos da mulher, perdendo sua potencialidade relacional que abrangeria as instituições e as relações que instituem o masculino e o feminino. Outros ainda defendem que o conceito gênero não dá conta da compreensão da dominação masculina, apreendida como “dominação simbólica”, ou seja, instituída nas relações sociais entre os sexos, naturalizando nos dominados a aceitação da dominação.

O principal defensor dessa corrente é o sociólogo francês Pierre Bourdieu para quem a dominação masculina se legitima numa sociedade que se constitui, em todos os momentos históricos, na perspectiva androcêntrica que dispensa qualquer estratégia de justificação.

De acordo com essa compreensão, as relações sexuais são socialmente instituídas e engendram o mundo social e simbólico com referenciais de masculinidade e feminilidade compondo dimensões do *habitus* e da dominação simbólica, cujas manifestações perpassam o universo habitado por dominantes e dominados.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina, como o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida como momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos²⁸.

Essa dominação simbólica, destaca Bourdieu, opera num campo mágico que incorpora não somente o assentimento ao dominante, mas a naturalização, o consentimento dessa dominação, por parte de dominantes e dominados, exercendo sobre os corpos um poder que, em nenhum momento, traz o signo da coação física. O elemento que alimenta e move esta dominação simbólica, revela:

²⁷SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, A escrita da história..., p. 68.

²⁸BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 18.

*(...) encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica (no sentido mais amplo da palavra) no imenso trabalho prévio que é necessário para operar a transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta; ação transformadora ainda mais poderosa por se exercer, nos aspectos mais essenciais, de maneira invisível e insidiosa, através da insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas de dominação. Os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre dominantes e dominados, que a magia do poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à revelia, ou até então contra a vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de emoções corporais – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa – ou de paixões e de sentimentos – amor, admiração, respeito – emoções que se mostram ainda mais dolorosas por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera (...)*²⁹.

Bourdieu enfatiza ainda que a dominação masculina centrada na dominação simbólica é o princípio que justifica e legitima as demais formas de dominação/submissão, exercitadas de maneiras singulares e múltiplas e, sendo diferentes em suas formas segundo a posição social, geográfica, espacial, étnica, de gênero, dos agentes envolvidos, se homogeneiza separando, unindo, em cada universo social, homens e mulheres, mantendo entre eles, uma mística linha de demarcação, como podemos constatar no depoimento:

*Fui sempre colona de ir pra roça de manhã, voltar ao meio dia pra fazer comida, lavar roupa, fazer pão, limpar a casa e o marido descansando. Voltava pra roça e trabalhava igual a ele até de noite, quando voltava, e de novo tinha serviço pra mim em casa, desde tratar os animais, tudo era comigo (...) mulher nasceu mesmo para isso, acho (...)*³⁰.

Scott concorda com a posição de Bourdieu de que a história das mulheres, enquanto parcela considerada diferente, é parte da história da dominação masculina, porque são os homens que formulam as regras, que organizam a sociedade, que estabelecem territórios e fronteiras. Contudo, adverte para a necessidade de

²⁹BOURDIEU, A *Dominação Masculina...*, p. 50-51.

³⁰Depoimento de H.N.S, 56 anos, comunidade de Santa Terezinha, Catuipe/RS, 2001.

se considerar a existência de uma história a ser escrita, que aborde a noção de representação e dominação, do poder desigual. Uma história que, reconhecendo a autenticidade das estruturas sociais como locus de construção das relações homem/mulher e da idéias de mulher, também considere que a subjetividade – não vista como essencialista, ou pertencente ao universo da natureza feminina, ligado ao corpo, à natureza, à reprodução, à maternidade, mas criada para as mulheres em um contexto específico da história, da cultura, da política – e a criação do sujeito são algo mais complexo que a dominação.

É imprescindível se colocar a questão em termos históricos, ou seja,

Nos perguntar como as relações entre os sexos foram construídas em um momento histórico, por que razão, com que conceitos de relação de forças, e em que contexto político. Este é o verdadeiro problema: historicizar a idéia homem/mulher e encontrar uma forma de escrever uma verdadeira história das relações homens/mulheres, das idéias sobre a sexualidade, etc (...) a diferença dos sexos é um jogo político que é, ao mesmo tempo, jogo cultural e social. Para mim o mais importante é insistir sobre a historicidade das relações homens/mulheres, as idéias, as representações e os conceitos da diferença sexual³¹.

Dessa forma, incorporar gênero como uma categoria de análise histórica na perspectiva dos estudos das representações com mulheres camponesas é ir ao encontro de certas tendências da historiografia contemporânea que questionam a concepção de história como evolução linear e progressista, excluindo sujeitos de espaços sócio-culturais distintos. É contribuir para a ampliação do objeto do conhecimento histórico, levando à descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados, descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos e à cultura centrada no masculino.



³¹ SCOTT, História das mulheres. In: BURKE, *A escrita da história...*, p. 88.

RESUMO

As mulheres nunca estiveram ausentes da história, embora a historiografia oficial as tenha esquecido. Pesquisadoras(es) tem se debruçado sobre estudos da história das mulheres em sociedades agrárias e suas lutas em todos os processos civilizatórios. Além disso, as mulheres do campo têm garantido o seu lugar de cidadã na vida, no mundo e na própria história. No decorrer da história há uma relação entre gênero e poder que precisa ser estudada, revelada, reescrita, pois a história tradicional antropocêntrica e universalizante criou o mito do sexo frágil, da impotência feminina e da sua dependência existencial do masculino. Esse artigo analisa as funções e papéis sociais instituídos pela história às mulheres camponesas e os processos de reprodução e transformação sócio-culturais pelos quais estão passando, levando-nos a afirmar que as identidades humanas são construídas ao longo da vida, pelos significados que os grupos sociais alimentam em seus contextos culturais.

Palavras Chave: Mulheres camponesas; História; Gênero.

ABSTRACT

Women have never been absent from the story, although the official historiography has overlooked. Researchers (s) has been working on studies of the history of women in agrarian societies and their struggles in all civilizing processes. Moreover, rural women have secured their place in life as a citizen in the world and in history itself. Throughout history there is a relationship between gender and power that needs to be studied, developed, rewritten, because the traditional anthropocentric and universalizing history created the myth of the weaker sex, impotence female and male existential dependence. This article analyzes the functions and roles established by history to rural women and the processes of reproduction and socio-cultural transformation by which they are passing, leading us to affirm that human identities are constructed through life, the meanings that groups social feeding in their cultural contexts.

Keyword: rural women, history, gender.